



## SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal 07 e 08 de agosto de 2024

ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL

TIAGO SOARES VICENTE<sup>1</sup>, ANA CAROLINE DA SILVA<sup>2</sup> E JÚLIA FERNANDES DE SOUZA<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Doutor em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: [tiago.vicente@uneal.edu.br](mailto:tiago.vicente@uneal.edu.br).

<sup>2</sup>Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: [ana.caroline.2021@alunos.uneal.edu.br](mailto:ana.caroline.2021@alunos.uneal.edu.br)

<sup>3</sup>Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Email: [julia.souza.2021@alunos.uneal.edu.br](mailto:julia.souza.2021@alunos.uneal.edu.br)

### INTRODUÇÃO

A pesquisa demonstra os resultados obtidos através da análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas em atuação no município de Arapiraca/AL tendo em vista o que a Constituição Federal de 1988 apresenta sobre a participação popular e o controle de políticas públicas no propósito de consagração do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, nota-se a importância dos Conselhos como mecanismos participativos e observa-se a problemática do funcionamento dos Conselhos Gestores, avaliando se estes tem estado nos parâmetros constitucionais de controle social e quais são os seus limites e possibilidades para uma atuação relevante no cenário do município de Arapiraca-AL.

### METODOLOGIA

O método científico utilizado na elaboração deste trabalho foi o dedutivo, partindo da premissa de maior para menor em um afinamento de dados e informações. Ademais, para a pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e de metodologia empírica. Os dados foram obtidos através de análise teórica da legislação municipal e informações disponíveis no meio eletrônico, bem como aconteceu a coleta de dados a partir de entrega de Ofícios em Secretarias do Executivo e em contato com o Presidente dos Conselhos Gestores.

### OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa norteou-se pelo propósito de investigar quais seriam os limites na atuação dos Conselhos Gestores em Arapiraca-AL, observando qual sua realidade e quais as possibilidades de sua atividade, na teoria e na prática. Ademais, os objetivos específicos permaneceram na seara do mapeamento dos Conselhos legalmente instituídos e quais estão em atuação, como funcionam seus agentes na atuação do Conselho. Desse modo, a pesquisa guiou-se pela pergunta-problema: Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas em Arapiraca-AL estão exercendo efetivamente seu papel constitucional de controle social e de meio para participação popular?

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, as políticas públicas no Brasil foram centralizadas e autoritárias, mas a Constituição de 1988 promoveu uma significativa mudança ao aproximar-se das necessidades reais da população, democratizando o Estado (SILVA, 2018). Com isso, mecanismos participativos para controle social, como os conselhos gestores, foram instituídos (VICENTE, 2018) e, assim, a população começou a ser chamada a participar não apenas como eleitores, mas também como formuladores e controladores das políticas públicas.

As formas de participação são reveladas principalmente nas audiências públicas, conferências, orçamento participativo e, no objeto desse trabalho, pelos Conselhos Gestores. Nesse sentido, os Conselhos promovem valores democráticos e criam estratégias para efetivar a Democracia (ALMEIDA, TATAGIBA, 2012) e, no âmbito dos municípios, articulam o acesso a recursos e amplia o conhecimento da sociedade civil.

### DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise da legislação municipal revelou a criação de 25 Conselhos Gestores. No entanto, a base de dados sobre suas atuações é incoerente e deficiente. O site oficial da Casa dos Conselhos possui pouco conteúdo e não há um canal direto entre a sociedade e os Conselhos. Para obter mais informações, foram enviados ofícios às Secretarias, revelando um descompromisso do Poder Público com o arquivamento de dados e uma discrepância entre o que é mostrado online e a realidade prática. Dos 25 Conselhos listados oficialmente, apenas 11 possuem registros atualizados, evidenciando um grave descaso e desinteresse do Poder Público quanto à atualização dos dados no serviço de transparência do município e à efetivação da participação social.

### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 109, p.68-92, jan./mar.2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ttSU5>
- SILVA, S.P. Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/3U10w>
- VICENTE, T.S. Participação e planejamento urbano: uma análise a partir do plano diretor de Arapiraca-2006/2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – UNIT, Programa de Pós-Graduação em Direito, Aracaju, 2018